

Senado aprova PEC 55/16, que congela investimentos

Proposta do Governo Federal reduz gastos em áreas sociais, compromete serviços básicos, como saúde, educação e segurança, e prejudica setores mais pobres da população; votação, na terça-feira, desencadeou protestos em frente ao Congresso, com forte repressão policial

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16, aprovada pelo Senado Federal na terça-feira (29/11), ameaça direitos assegurados pela Constituição de 1988. A emenda determina o congelamento de “gastos” públicos por vinte anos. Esse mecanismo permite ao Estado corrigir os seus orçamentos anuais apenas nos limites dos índices de inflação. Na prática, a medida compromete o funcionamento de serviços básicos, como saúde, educação, previdência e assistência social. Os maiores prejuízos serão suportados pelas camadas pobres da população, que são as que mais necessitam de proteção estatal. Atualmente, faltam investimentos em políticas de alcance coletivo, e a perspectiva é que essa carência aumente a partir da adoção das novas medidas.

Desigualdade extrema. Com a PEC 55/16, apresentada pelo Executivo federal, o governo de Michel Temer pretende “equilibrar as contas públicas”. Essa iniciativa, porém, foi conduzida à margem da maioria da população. O projeto aniquila o sistema de proteção social votado pelos constituintes, sem garantir o crescimento do País. Segundo Gerhard Dilger, diretor da Fundação Rosa Luxemburgo, da Alemanha, “os congressistas estão alterando os dispositivos constitucionais de 1988 num país extremamente desigual”. Para ele, o poder público deveria fazer o oposto do que sugere a PEC 55/16: promover medidas capazes de ampliar direitos e melhorar as condições de vida da população.

Sem debate. A falta de debate sobre a matéria é uma das principais reclamações de órgãos vinculados à Justiça. No Paraná, o Ministério Público protestou contra o que considera “afrenta à Constituição de 1988”. Uma nota publicada em seu portal na internet adverte: “A Constituição Federal, também conhecida como Constituição Cidadã, fez escolhas inequívocas, como os direitos e garantias fundamentais e os direitos sociais, destinados a dar concretude à dignidade da pessoa humana. Entre esses direitos, estão a saúde e a educação. Inibir investimentos reais nessas duas áreas, com reflexos também no âmbito da assistência social, implica subverter a vontade da Constituinte de 1988, voltada à satisfação dos direitos fundamentais. Resulta em desfigurar o modelo de Estado social e democrático de direito preconizado pela Constituição Federal”.

Prioridade e repressão. O governo encara a PEC 55/16 como prioridade absoluta. Para atingir seu objetivo, conta com o apoio não apenas da sua base aliada, mas de um forte aparato policial. Na terça-feira (29/11), atos de protesto em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, foram reprimidos com violência. As manifestações reuniram mais de dez mil pessoas. Imagens divulgadas em redes sociais – e cuidadosamente editadas pela mídia dominante – mostram que as agressões a manifestantes não foram poucas, e que a política de “austeridade”, que tem o apoio de partidos políticos da situação, está sendo imposta “na marra” à população brasileira.

Confraternização foi um sucesso

A tradicional confraternização de fim de ano da Assejur aconteceu na quinta-feira (24/11). O evento reuniu mais de 170 associados e convidados no Taboo Eventos, e foi um grande sucesso. O **registro fotográfico** da festa vai ser divulgado pelo Departamento de Imprensa e Comunicação ainda no mês de dezembro, quando o novo portal da Assejur, que está em fase final de desenvolvimento, será colocado no ar.

Homenagem e reconhecimento

Durante a confraternização do dia 24 de novembro, a atual direção da Assejur homenageou as gestões que conduziram a associação em seus vinte e sete anos de existência. Na ocasião, uma placa de agradecimento foi entregue a **Eduardo Macedo Bacellar**, primeiro presidente da entidade. Ele representou, naquele momento, todos os colegas que participaram das diretorias passadas. A mensagem foi a seguinte: “A Assejur homenageia o seu primeiro Presidente, Eduardo Macedo Bacellar, em reconhecimento pelo importante trabalho de consolidação da entidade de classe realizado durante a sua gestão, iniciada em setembro de 1989. Curitiba, novembro de 2016”.

Agenda da Assejur

Uma agenda 2017 da Assejur foi entregue aos participantes da confraternização de final de ano, realizada no dia 24 de novembro. Para os associados que não participaram da festa ou não receberam o **material de divulgação**, a diretoria da Assejur solicita o comparecimento à sede da entidade, na rua Roberto Barroso, 351, em Curitiba. As agendas poderão ser retiradas diretamente com a secretária Yara.

Restituição de descontos previdenciários

Em seus últimos informativos, a Assejur noticiou a existência de duas ações que tratam da restituição de valores indevidamente descontados em favor da **Paranaprevidência**. As verbas correspondem ao período que vai de 1998, quando o antigo IPE (Instituto de Previdência do Estado) foi extinto, a 2002, quando as contribuições previdenciárias foram regularizadas. As demandas são de responsabilidade do Sindijus-PR, que as ajuizou na condição de substituto processual de toda a categoria remunerada pelo Poder Judiciário – incluídos os assessores jurídicos. Agora, na fase de execução, os créditos individuais serão apurados por um contador indicado pelo Sindicato. Como os cálculos serão realizados com base em números fornecidos pelo Tribunal de Justiça e pela Paranaprevidência, não há necessidade, neste momento, de outorga de procuração aos advogados. A Secretaria do Sindijus-PR, no entanto, solicitou à Assejur que oriente os seus associados a atualizar os seus dados funcionais. Para essa finalidade, os contatos deverão ser feitos diretamente na sede do Sindicato. O endereço: rua David Geronasso, 227, bairro Boa Vista, em Curitiba (CEP 80540-150). O telefone: 3075-5555.

Página na internet

A reformulação da página da Assejur na internet está em fase de conclusão. A expectativa é que o novo portal entre no ar durante o mês de dezembro. A página vai dispor de um espaço exclusivo para associados. Ali, entre outras informações, será estabelecido um **canal de comunicação** entre assessores jurídicos da ativa e aposentados. Para viabilizar o funcionamento desse mecanismo, a Secretaria da associação pede aos colegas que entrem em contato com Yara, na Secretaria, para atualização de cadastro. Além disso, o Departamento de Imprensa e Comunicação está recebendo matérias assinadas, que farão parte de uma coluna especial. As contribuições poderão ser encaminhadas ao email contato@assejurpr.com.br.